

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO
LEOPOLDO II LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios Quotistas e Administradores da
Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito descrito na seção "base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e conseqüentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2023, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	
		2024	(Não auditado)			2024	(Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	1.187	924	Fornecedores	7	34.309	31.741
Impostos a recuperar		1	-	Obrigações tributárias	8	898	5
Adiantamento a fornecedores	4	-	3.022	Arrendamentos CP	9	12	-
Partes relacionadas - Mutuos AC		1	-	Partes relacionadas - Mutuos	10	-	6.494
Outros ativos		42	657			35.219	38.240
		1.231	4.603				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	5	95.333	33.623	Arrendamento	9	5.542	-
Direito de uso	6	3.897	-			5.542	-
		99.230	33.623				
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	11	7.632	10
				Adiantamento para futuro aumento de capital		55.700	-
				Lucro/prejuízos retidos		(3.632)	(24)
						59.700	(14)
Total do ativo		100.461	38.226	Total do passivo e patrimônio líquido		100.461	38.226

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023 (Não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	12	(907)	(20)
Despesas Tributárias	-	(6)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(913)	(24)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		3	3
Despesas financeiras	13	(2.698)	(3)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(3.608)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Prejuízo do exercício		(3.608)	(24)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	<u>(3.608)</u>	<u>(24)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(3.608)</u></u>	<u><u>(24)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	10	-	(24)	(14)
Aumento de capital social	7.622			7.622
Adiantamento para futuro aumento de capital		55.700		55.700
Prejuízo do período			(3.608)	(3.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>7.632</u>	<u>55.700</u>	<u>(3.632)</u>	<u>59.700</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.608)	(24)
Ajustes que não afetam o caixa		
Encargos de juros de arrendamento	2.928	-
Amortização direito de uso	467	-
	(213)	(24)
Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo		
Impostos a recuperar	(1)	-
Adiantamentos a fornecedores	3.022	(3.022)
Outros ativos	615	(657)
	3.636	(3.679)
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo		
Fornecedores	2.568	31.741
Obrigações tributárias	893	5
	3.461	31.746
Caixa aplicado nas atividades operacionais	6.884	28.043
Pagamento juros de arrendamento	(295)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	6.589	28.043
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(61.710)	(33.623)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimento	(61.710)	(33.623)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	7.622	10
Adiantamento para aumento de capital	55.700	-
Pagamento partes relacionadas	(6.495)	6.494
Pagamento principal de arrendamento	(1.443)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	55.384	6.504
Acrécimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	263	924
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	924	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.187	924
Acrécimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	263	924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo I Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rodovia MG 323, S/N, KM 31 - Bairro Zona rural - CEP 35830-000, Município de Jaboticatubas - Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em Rodovia MG 323, S/N, KM 31 -Zona rural do Município de Jaboticatubas - Minas Gerais.

O empreendimento possui capacidade instalada de 63,8Wpico (45MWac). A Companhia firmou contrato de venda de energia com cliente (“*Offtaker*”) por um prazo de 15 anos, e a previsão de início de operação comercial em julho de 2025.

A Companhia foi constituída em 05 de outubro de 2022, tendo por objeto social : (i) escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares, supervisão de obras de construção civil e elétrica, ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes a energia solar, operação de construção e manutenção de usinas solares escritório com serviços de preparação de documentos e serviços de apoio administrativo, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças.

A Companhia é controlada pela Holding Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A que detém 100% das ações.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 28 de março de 2025

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

e) Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não são negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

g) Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real Anual.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

h) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado

j) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

k) Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

l) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão representados por fornecedores e contas a pagar pela aquisição de terreno.

m) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	<u>Adições</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado	-	-	-
Terreno	4.364	(467)	3.897
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>4.364</u>	<u>(467)</u>	<u>3.897</u>

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa "K".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados

n) Custos de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

o) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025
Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9 / CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	1º de janeiro de 2026
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.	1º de janeiro de 2027

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19	1º de janeiro de 2027

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023 (Não Auditado)
Bancos conta movimento(a)	1.187	924
	<u>1.187</u>	<u>924</u>

(a) As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 97% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% em 31 de dezembro de 2023).

4. Adiantamentos a Fornecedores

	2024	2023 (Não auditado)
Adiantamento a fornecedores	-	3.022
	<u>1</u>	<u>3.022</u>

O saldo de balanço dos adiantamentos a fornecedores é dos fornecedores nacionais referentes aos projetos de construção dos parques de geração de energia fotovoltaica. Não tem saldos de fornecedores nacionais em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.022 em 31 de dezembro de 2023)

5. Imobilizado

O imobilizado se refere a usina de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada de 63,8MWpico (45MWac). Sendo a previsão de conclusão da obra no primeiro semestre de 2025 e o início de operação comercial em Maio de 2025.

A composição do ativo imobilizado em andamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada na tabela abaixo:

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo	Imobilizado Líquido em 31/12/2024	Imobilizado Líquido em 31/12/2023 - Não auditado
Projetos em andamento	67.768	67.768	33.623
Adiantamentos contratos de importação	2.015	2.015	-
Adiantamento a fornecedores	25.550	25.550	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>95.333</u>	<u>95.333</u>	<u>33.623</u>

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir

	Imobilizado Líquido em 31/12/2023 (não auditado)	Adições	31/12/2024
Projetos em andamento	33.623	34.145	67.768
Adiantamentos contratos de importação	-	2.015	2.015
Adiantamento a fornecedores	-	25.550	25.550
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>33.623</u>	<u>61.710</u>	<u>95.333</u>

6. Direito de uso

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto da adoção do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica. Trata-se de 4 contratos celebrados por um período de 35 anos com vigência entre 2021 e 2056. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 9.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	Direitos de Uso
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado	-
Adições	4.364
Amortizações	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>3.897</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apurou despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fornecedores

O saldo de fornecedores nacionais em 31 de dezembro de 2024 é R\$3.309 (R\$31.741 em 31 de dezembro de 2023) e se referem principalmente aos projetos de construção dos parques de geração de energia fotovoltaica. Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Fornecedores a pagar	34.309	31.741
Total	<u>34.309</u>	<u>31.741</u>

8. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
INSS Retido serviços terceiros	888	-
IRF serviços de terceiros	6	-
IRRF/ Pis/COFINS/CsII	4	-
Total	<u>898</u>	<u>-</u>

9. Arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)), e advém principalmente das obrigações assumidas com quatro contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2021 e 2056.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa "m", com taxa de juros 13,95% a.a. com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos, com vencimento até 2056.

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-
Adições	23.080	(15.788)	7.292
Pagamentos	(1.443)	-	(1.443)
Amortização dos juros	(295)	-	(295)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>21.342</u>	<u>(15.788)</u>	<u>5.554</u>
Circulante			12
Não circulante			5.542

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2029	Total
Vencimento de Passivo de Arrendamento	213	213	213	213	213	20.777	21.342

10. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O principal saldo ativo da companhia é um contas a receber do Consorcio UFV Pedro Leopoldo II, com saldo no valor de R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024, referente a pagamentos de despesas do Consórcio.

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2023 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos com a sua Controladora Pedro Leopoldo, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes, os quais foram quitados em setembro de 2024 com a integralização de capital através desses mútuos.

Parte relacionadas - Ativo circulante

Parte relacionada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023 (Não auditado)
Consorcio UFV Pedro Leopoldo II,	1	-

Partes relacionadas - Passivo circulante

Parte relacionada	Juros	Saldo em 31/12/2023 - não auditado	Pagamentos	Integralização ao capital	Saldo em 31/12/2024
Usina de energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A	0,25% ao mês	6.494	(756)	(5.738)	-
		6.494	(756)	(5.738)	-

11. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$7.632 dividido em 7.621.622 ações ordinárias nominativas (Em 31 de dezembro de 2023 R\$10 o capital social subscrito e integralizado).

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Usina de energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A	7.631.622	100,00%
	<u>7.631.622</u>	<u>100%</u>

Os detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Movimentação do capital social

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 12 de setembro de 2024 a Companhia realizou um aumento de capital subscrito de R\$7.622 dividido em 7.621.622 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, integralizado nesta data, pela conversão em capital social da integralidade dos adiantamentos para futuros aumentos de capital ("AFAC") no valor de R\$ 1.884 realizados em 2024 e R\$ 5.738 pela conversão de mútuos realizados em 2023.

Descrição	Data	Ações	Capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado		10	10
Aumento de capital - integralização de Capital com AFAC realizado em 2024	12/09/2024	1.884	1.884
Aumento de capital - integralização de Capital com mútuos realizados em 2023	12/09/2024	5.738	5.738
Integralizado em 2024		<u>7.622</u>	<u>7.632</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>7.622</u>	<u>7.632</u>

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia apurou prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não constituindo assim reserva legal.

Remuneração dos administradores

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

AFAC - Adiantamento para Futuro aumento de Capital

Valores aportados pelo acionista para continuidade da Companhia no desenvolvimento de suas atividades. Estes valores servirão para aumento de capital e integralização em momento oportuno.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	Valor
Usina de energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S. A	55.700
Total adiantamento para futuro aumento de capital	55.700

12. Despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Amortização sobre direito de uso	(466)	-
Custos de arrendamento	(295)	-
Prêmios de seguro	(119)	(12)
Serviços contábeis e consultoria	(26)	(7)
Serviços e despesas em geral	(1)	(1)
Serviços jurídicos	-	-
	<u>(926)</u>	<u>(20)</u>
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Despesas tributárias	(6)	(4)
	<u>(6)</u>	<u>(4)</u>

13. Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditada)
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	3	3
Subtotal	3	3
Despesas financeiras		
Juros dos arrendamentos	(2.633)	-
Juros	(61)	-
Multas	(1)	-
Tarifas bancárias	(3)	(3)
Subtotal	<u>(2.698)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(2.695)</u>	<u>-</u>

14. Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

15. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Instrumentos financeiros—continuação

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024		não auditado 31/12/2023		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	1.187	1.187	924	924	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	34.309	34.309	31.741	31.741	Custo amortizado	-
Partes relacionadas - Mútuos	-	-	6.494	6.494	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	5.554	5.554	-	-	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

i) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

ii) Risco regulatório

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia

iii) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

v) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil 15 de janeiro de 2025, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.202 4	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Risco de Redução			Risco de Aumento	
				Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				11,6400 %	5,8200%	8,7300%	14,5500 %	17,4600 %
Aplicações Financeiras	CDI	97,0%	1.187	138	69	103	172	207
Total			1.187	138	69	103	172	207

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO II LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Compromissos

A Companhia firmou contrato de venda de energia com cliente ("Offtaker") por um prazo de 15 anos, e previsão de início de operação comercial em Julho de 2025.

17. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão abaixo apresentados:

Pedro Leopoldo II	31/12/2024		Vigência
	Valor segurado	Prêmio total	
Responsabilidade civil	5.000	11	08/05/2023 até 31/03/2025
Risco de engenharia	300.000	117	08/05/2025 até 31/03/2025

18. Transações não afetaram o caixa

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Aquisição de imobilizado - contas a pagar	27.401	1.882